

01 **ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**
 02 **AMBIENTE – COEMA/TO.**

03 Às oito horas e quinze minutos do dia quinze de agosto de dois mil e doze, na
 04 Sala de Reunião da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento
 05 Sustentável – SEMADES reuniu-se, ordinariamente, o COEMA/TO. O
 06 Presidente **Divaldo Rezende** desejou bom dia a todos e após verificação do
 07 quorum declarou aberta a 32ª Reunião Ordinária do COEMA e fez a leitura da
 08 pauta: 1. Abertura. 2. Verificação do quorum. 3. Leitura, discussão e votação
 09 das Atas (7ª, 9ª, 10ª RE, e 31ª RO). 4. Ordem do dia: i. Apresentação dos
 10 Programas de Biodiversidade e Áreas Protegidas; ii. Apresentação do relatório
 11 de revisão do ICMS Ecológico; iii. Informes da Secretaria Executiva. 5. Palavra
 12 livre 6. Encerramento. O **Presidente Divaldo** destacou na abertura os avanços
 13 significativos na área ambiental e na gestão dos recursos hídricos nesses
 14 primeiros um ano e oito meses de governo. Para ele, esse resultado é fruto de
 15 um trabalho bem orquestrado, com o fortalecimento dos conselhos, e também
 16 da boa relação do Naturatins com a SEMADES. Repassou que o Governo do
 17 Estado já encaminhou para a SEAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais –
 18 Ministério de Planejamento) uma solicitação de financiamento junto ao Governo
 19 Canadense para o fortalecimento dos órgãos envolvidos com o controle de
 20 queimadas. **Alexandre (NATURATINS)** deu bom dia a todos agradeceu o
 21 apoio do Conselho e frisou a importância que o Conselho tem na condução e
 22 execução das políticas de proteção dos recursos naturais no Estado. O
 23 **presidente Divaldo** justificou a necessidade de se ausentar e passou a
 24 condução dos trabalhos para a Secretária Executiva. **A Secretária Executiva**
 25 **Marli** desejou bom dia a todos e iniciou os trabalhos questionando se todos os
 26 conselheiros se sentiam aptos a aprovar as atas. Concordaram e todas atas
 27 foram aprovadas. Prosseguindo, Marli repassou que há um pedido de inserção
 28 na pauta de uma proposta de moção da AMEAMA que foi distribuída aos
 29 Conselheiros presentes. Foi concedido ao Conselheiro Helber o uso da palavra
 30 para apresentação da moção. **Helber (ONG)** desejou bom dia a todos e disse
 31 que o objetivo da moção apresentada é criar, seguindo o disposto na nova Lei
 32 do Programa de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305); explicou que a AMEAMA
 33 trabalha com resíduos sólidos em Araguaína, e que estão pleiteando por meio
 34 da moção que seja criado um plano de coleta seletiva em Palmas e demais
 35 municípios; falou ainda da necessidade de se criar fontes para a criação e
 36 operacionalização, pois atualmente o Governo gasta recursos alugando
 37 galpões para guardar sucatas eletrônicas, resto de metais sem realizar a
 38 devida destinação; finalizou dizendo que conta com o apoio de todos os
 39 Conselheiros para que seja aprovado um programa de coleta seletiva em todos
 40 os municípios e todas as Secretarias. **A Secretária Marli** esclareceu que a
 41 moção solicita que o Governo do Estado crie a coleta seletiva em todo o
 42 Estado, e lembrou que a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos é
 43 do município e não do Poder Executivo Estadual. **Corombert (SEAGRO)** disse
 44 que as legislações sugeridas pela moção estão em andamento, ficando prontas
 45 ou sendo aprimoradas e, segundo ele, não cabe ao Conselho estar decidindo
 46 esta solicitação. **Helber (ONG)** respondeu que é necessário dar condições;
 47 para ele, se começar a achar que não há condições, jamais se terá condições.
 48 **Roselice (SEDUC)** disse acreditar que o projeto da Agenda Ambiental na
 49 Administração Pública - A3P fará com que as instituições, tanto estaduais
 50 quanto municipais, possam estar implantando e gerenciando esses resíduos
 51 através do programa, já que todos terão a obrigação de cumprir. **Marli**
 52 aproveitou e explicou a todos como funcionará a A3P. **Helber (ONG)** disse
 53 ainda que ao final da moção, a AMEAMA solicita a doação de uma área de

Paulo

Marli

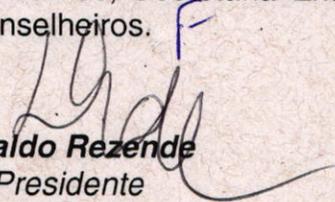
Helber

Corombert

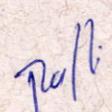
Roselice

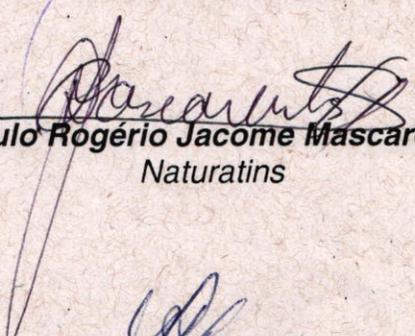
54 2.000m² para a criação de um centro de triagem e reciclagem na capital
55 Palmas, para ter condições de dar a destinação correta aos resíduos.
56 **Corombert (SEAGRO)** disse que o Estado e várias outras instituições já
57 trabalham com cooperativas e associações que tratam a reciclagem há muito
58 tempo, e que nunca entraram com uma moção no Conselho Estadual de Meio
59 Ambiente e, segundo ele, a falta de atitude talvez não seja por lei ou por
60 moções que vá mudar. **André (SEINFRA)** reforçou o que foi falado pela
61 Roselice e disse que a SEINFRA e outros órgãos e secretarias do Governo do
62 Estado já estão com suas comissões sendo formalizadas e realizando
63 reuniões, com algumas pessoas já responsáveis por fazer contato com as
64 cooperativas para começar o trabalho de recebimento de material descartável.
65 **A secretária Marli** questionou se os conselheiros se sentiam esclarecidos
66 sobre a moção. **Joseano (Comunidade Científica)** questionou se a câmara
67 jurídica do Conselho não poderia fazer uma análise prévia da moção, pois no
68 momento não se sente confortável para fazer a votação. **Marli** perguntou se os
69 conselheiros concordavam com a sugestão do Joseano e estes responderam
70 que sim. **Marli** passou para outro tema informando que a Secretaria Executiva
71 tem preparada a Política de Fauna, discutida em 2010 na Câmara Técnica de
72 Assuntos Jurídicos, mas que com a edição da Lei Federal Complementar nº140
73 de 2011, onde é repassada a gestão da fauna para os Estados, deve-se então
74 analisar novamente a referida Política antes de trazer ao COEMA e frisou, por
75 exemplo, que os Estados não têm os centros de recepção dos animais que são
76 apreendidos. Continuando, informou ainda sobre a minuta da Política de
77 Biodiversidade que será apresentada nesta reunião, disse que foi elaborada
78 em 2007 e será repassada para a Câmara Técnica de Unidades de
79 Conservação. Outro tema abordado foi quanto a Reserva Particular do
80 Patrimônio Natural – RPPN. Marli explicou que o COEMA aprovou uma
81 proposta de Decreto de criação de RPPN pelo Estado do Tocantins, no qual o
82 NATURATINS passaria a ter todos os instrumentos para que o proprietário
83 rural que quiser criar uma RPPN fizesse isso no próprio Estado ao invés de ir
84 ao ICMBio para realizar esta criação; comunicou que a proposta aprovada pelo
85 COEMA foi para a Casa Civil, e por lá tramitou nos últimos oito meses e voltou
86 completamente alterada, então a referida proposta de Decreto será repassada
87 novamente para a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e para a de
88 Assuntos Jurídicos, para que ela possa retornar ao COEMA e depois voltar
89 para a Casa Civil. Foi tratado ainda a necessidade de alteração nas datas das
90 reuniões ordinárias do COEMA, justificada em razão de uma agenda muito
91 apertada—principalmente pela participação do TO na Rio+20; foi proposto que a
92 33ª e a 34ª Reunião Ordinária fossem realizadas nos dias 17/10/2012 e
93 21/11/2012, respectivamente; em seguida questionou se todos os
94 Conselheiros estariam de acordo e todos aprovaram as datas sugeridas.
95 Dando sequência aos trabalhos, Marli informou que foi recebida uma sugestão
96 dos meios de comunicação para que o COEMA fizesse uma reunião com os
97 candidatos a prefeitos de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso
98 para que apresentassem suas proposições nas áreas de meio ambiente,
99 conservação da água e mudanças climáticas e que tal a referida apresentação
100 seria realizada concomitantemente ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos
101 e ao Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. Marli questionou se os
102 Conselheiros apoiavam a sugestão apresentada. **Joaquim (SEPLAN)** disse
103 que estaria de acordo com essa proposta desde que fosse elaborado um
104 Termo em que os candidatos assumissem o compromisso de, caso eleito,
105 cumpram o que foi apresentado ao COEMA, para evitar que se utilize este
106 Conselho como um espaço para divulgação política. **Corombert (SEAGRO)**

107 disse concordar com o Conselheiro Joaquim e disse sugere que seja enviado
 108 ao COEMA a proposta de campanha, para que os conselheiros tenham como
 109 analisar previamente as propostas que seriam interessantes de serem
 110 apresentadas no Conselho. **Marli** então questionou se os Conselheiros
 111 aprovam que os candidatos enviem suas propostas de governo
 112 antecipadamente, apresentem em 10min no COEMA e que no final seja gerado
 113 um documento que eles assinarão firmando compromisso. Assim, a sugestão
 114 foi aprovada pela maioria dos Conselheiros. **Marli** prosseguiu a reunião
 115 tratando da Política de Biodiversidade com a apresentação das diretrizes e
 116 ratificou que ela será analisada pelas Câmaras Técnicas, mas que achou
 117 importante apresentá-la no COEMA para ciência dos Conselheiros. **Joaquim**
 118 **(SEPLAN)** propôs que os novos estudos realizados pela SEPLAN na área de
 119 inventários florestais possam ser incorporados nas discussões da Política de
 120 Biodiversidade que será pauta na Câmara Técnica de Unidades de
 121 Conservação. Em seguida **Marli** passou a palavra para a Cláudia, para que
 122 apresentasse o relatório do ICMS Ecológico. **Cláudia** desejou bom dia a todos
 123 e falou da satisfação em estar mais uma vez numa reunião do COEMA
 124 tratando do ICMS Ecológico. Em seguida iniciou a apresentação, explicando a
 125 origem do ICMS, critérios e das pautas de avaliação do ICMS Ecológico. **Marli**
 126 interrompeu a Cláudia para explicar que o relatório apresentado precisa ser
 127 analisado e aprovado pelo COEMA e que cada item do questionário (tábua) de
 128 avaliação será colocado em votação. **Cláudia** prosseguiu com a apresentação.
 129 Após um longo período de apresentação, discussão, questionamentos e
 130 sugestões de alteração, a análise das tábuas de avaliação do ICMS foi
 131 paralisada em virtude do avançar do tempo. **Marli** sugeriu que o COEMA se
 132 reúna extraordinariamente, o mais breve possível, para continuar a análise do
 133 referido questionário. Assim, ficou acordado com todos os conselheiros que o
 134 COEMA se reunirá no dia 04 de setembro de 2012, às 8h15min. O próximo
 135 item da pauta foi a palavra livre para quem quisesse se manifestar. **Diogo**
 136 **(SANEATINS)** sugeriu que fosse feita uma apresentação ao COEMA dos
 137 resultados da Rio+20 para discutir os benefícios que o Estado teve com o
 138 evento, para que se alinhe os Conselheiros ao Estado. **Marli** explicou que
 139 ainda há quatro apresentações ao COEMA por solicitação do Secretário
 140 Divaldo e dos Conselheiros, CAR (TO LEGAL), as definições sobre o
 141 empréstimo do Canadá para combate à incêndio, a Rio+20 e como está a
 142 discussão de resíduos sólidos. Então sugeriu que tais apresentações sejam
 143 feitas na próxima Reunião Ordinária. Assim agradeceu a participação de todos
 144 e declarou encerrada a 32ª Reunião Ordinária do COEMA. Desta forma, a ata
 145 uma vez aprovada pelo Plenário do COEMA, será assinada por mim, Marli
 146 Teresinha Santos, Secretária Executiva, pelo Presidente do COEMA e pelos
 147 demais conselheiros.


Divaldo Rezende
 Presidente


Marli Teresinha Santos
 Secretária Executiva


Alexandre Tadeu de M. Rodrigues
 Naturatins


Rômulo Rogério Jacome Mascarenhas
 Naturatins


Neila Pereira dos Santos
ATM

João Paulo Ribeiro Filho
ATM

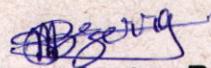
Corombert Leão de Oliveira
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e
do Desenvolvimento Agrário

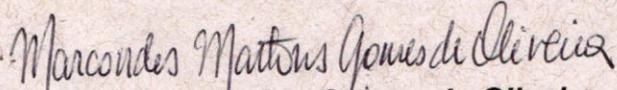
Patrícia de Jesus Sales
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do
Desenvolvimento Agrário

Álan Rickson Andrade
Secretaria de Ciência e Tecnologia

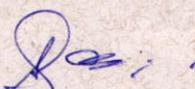
Neumar Lemes Elias
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Roselice Ferreira da Silva
Secretaria da Educação


Maximiano Santos Bezerra
Secretaria da Educação


Marcondes Martins Gomes de Oliveira
Secretaria de Indústria e do Comércio

Wilson Neves da Silva
Secretaria da Indústria e do Comércio


André Carneiro de Paiva
Secretaria da Infraestrutura

Ana Márcia Fernandes da Cruz Aires
Secretaria da Infraestrutura


Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes
Secretaria do Planejamento

Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento

Adriane Feitosa Valadares Cavalcante
Secretaria da Saúde

Edna Moreira Soares
Secretaria da Saúde

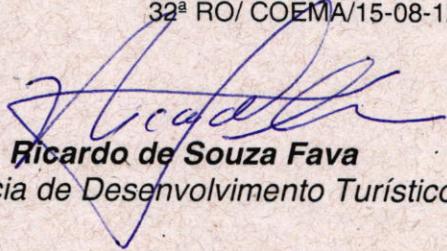
André Luiz de Matos Gonçalves
Procuradoria-Geral do Estado

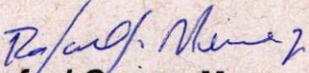
Anuar Jorge Amaral Cury
Procuradoria-Geral do Estado

João Batista de Souza Alves
Polícia Militar


Messias Rogério Araújo Albernaz
Polícia Militar

Lúcio Flávio Marini Adorno
Agência de Desenvolvimento Turístico


Ricardo de Souza Fava
Agência de Desenvolvimento Turístico


Rafael Gomes Menezes
Ministério Público Estadual

Márcio Augusto da Silva
Ministério Público Estadual

Raimundo Wilson Ulisses Sampaio
Assembléia Legislativa

Poliana Reis Souza
Assembléia Legislativa

Joaquim Henrique Montelo Moura
IBAMA

Lenine Barros da Cruz
IBAMA

Joseano Carvalho Dourado
Comunidade Científica

Eric Luiz Rodrigues de Sá
Comunidade Científica


Avanilson Ijararú Dias Aires Karajá
Comunidade Indígena

Manoel Moreno de Carvalho Xerente
Comunidade Indígena

Antônio Rodrigues da Silva Neto
Saneatins

Diogo Pedreira Lima
Saneatins

Carlos Ribeiro Soares
FAET

Deusdeth Alves Glória Filho
FAET

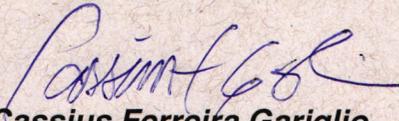
Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Manoel Barbosa Moraes
FETAET

José Roberto Fernandes
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Claudia Maria dos Santos
FECOMÉRCIO

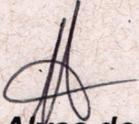


Cassius Ferreira Gariglio

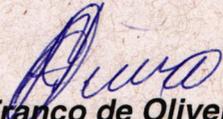
CREA

Pedro Ferreira de Sousa Filho
FECOMÉRCIO

Roberta Maria Pereira Castro
CREA



Adelmário Alves dos Santos
ONG/Ecoterra



Helber Franco de Oliveira
ONG/AMEAMA

Instituições Ausentes:

Associação Tocantinense de Municípios – ATM
Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT
Ministério Público Estadual – MPE
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins- FAET
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins- FETAET
Federação do Comércio do Estado do Tocantins - FECOMÉRCIO.

Instituições com a Ausência Justificada:

Ministério Público Estadual – MPE